

DIVERSIDADE CULTURAL/LINGUAGEM: A FRONTEIRA, A ESCOLA E AS FRONTEIRAS DENTRO DA ESCOLA

Autora Édna Leandro da Silva; Orientadora Maria Luzia da Silva Santana

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; edna.silva5666@gmail.com; santanapsi@gmail.com.

Resumo: O presente artigo traz o relato de experiência do estágio em gestão escolar realizado na graduação do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O projeto de intervenção proposto durante o estágio, com objetivo geral de voltar os olhares, os pensamentos e as ações para a questão cultural da fronteira que se materializa na linguagem (Ponta Porã/Pedro Juan na linha internacional Brasil/Paraguai) e específicos de discutir a questão da diversidade cultural/linguística no Projeto Político Pedagógico, não como um ponto fraco, mas como uma problemática para ser discutida, resolvida e trabalhada por meio da ação do professor pesquisador. O projeto de intervenção proposto teve como título “Diversidade cultural/Linguagem: a fronteira, a escola e as fronteiras dentro da escola que buscou a valorização da diversidade cultural/linguística; proporcionar diálogos com os diferentes atores da escola no sentido de repensarem suas atitudes frente ao outro, principalmente aquele que se tem como estrangeiro/paraguaios. A proposta justifica-se a partir das características presentes na instituição de ensino, que foram observadas no momento da visitação durante o Estágio Obrigatório. A questão observada que mais chamou atenção foi a dificuldade apresentadas pelos educandos oriundos da cidade/país vizinho (a) Pedro Juan Caballero/Paraguai quanto a falar e entender a língua portuguesa, tal situação justificaria um possível fracasso escolar. Eles colocam essa questão como um problema, dizem que isso é um impasse, no entanto a educação na perspectiva intercultural sinaliza possibilidades e metodologias que poderão contribuir para inclusão e respeito a diferença. Assim, a questão cultural existente pode ser o seu ponto forte.

Palavras-chave: Experiência; Estágio; Fronteira; Diversidade; Linguagem.

Introdução

No presente texto é apresentado o projeto de intervenção, elaborado durante o estágio em gestão escolar, realizado no Curso de Pedagogia, cuja proposta que foi delineada partiu da análise da realidade e do contexto escolar, que contribuiu com a construção do conhecimento sobre a realidade prática da gestão escolar dita democrática. Entende-se que tal gestão implica, conseqüentemente, a convivência democrática, onde todos participam e que a opinião de cada um seja respeitada, dando-lhe em todo o momento a liberdade para expressá-la nas tomadas de decisões importantes para a comunidade que a compõe.

No decorrer das atividades do Estágio em Gestão Escolar a questão observada que mais chamou atenção estava disponível no Projeto Político Pedagógico da escola (2009, p. 06), “Alunos oriundos da cidade vizinha Pedro Juan Caballero e com dificuldades de falar e entender o português”. A diversidade linguística é colocada como um dos pontos utilizados e que, possivelmente, justificaria a condição de

estudantes na lógica do fracasso escolar e distante de uma educação intercultural.

A educação não é apenas informação é também apropriação de cultura, como destaca Paro (2002, p.21) "assim se humaniza o homem e se atualiza como ser histórico". Educar a criança de acordo com a cultura na qual ela vive, considerando a sua língua materna é o desejável, no entanto, a realidade encontrada nessa instituição de ensino, apresenta um "conflito" cultural existente, que vai de encontro as questões e propostas da gestão democrática. Partido do contexto é necessário refletir e ampliar as práticas de gestão para todos, ou seja, democrática com vistas ao pleno desenvolvimento da comunidade escolar.

Esse seria o fim ultimo da educação, favorecer uma vida com satisfação e plenitude tanto individual quanto em convivência social, adquirindo, valores, gostos, gestos, comportamentos, hábitos e posturas que não podem ser avaliados por testes ou provas de aferição de conhecimentos, não se pode dar uma nota "x" para o desenvolvimento integral humano (PARO.p.3.2002).

Nessa perspectiva, foi solicitado aos coordenadores que contribuíssem no levantamento de uma possível temática para elaboração do Plano de Intervenção. Acabou que sugeriram exatamente como já havia pensado, e que foi apresentado com à questão do ponto fraco em destaque no Projeto Político Pedagógico disponibilizado pelos (as) gestores (as), segundo eles (as), esse é um caso sem solução. Ao serem questionados sobre o porquê dessa questão estar colocada como um dos pontos fracos, justificaram que há muitos pré-adolescentes de 13 e 14 anos no 8º e 9º que falam muitos palavrões em guarani, fazem piadas e ridicularizam os educadores. Dessa maneira, observa-se que a diversidade linguística, a cultura brasileira e a paraguaia não são elementos para uma prática educativa no viés da educação intercultural na escola.

A partir da fala da comunidade escolar, o uso da língua guarani em momentos inapropriados por parte dos educandos, remete uma falta de respeito com os demais educandos e educadores que são em sua maioria brasileiro que não compreende a língua. A principal problematização é o uso da língua guarani por parte dos educandos em momentos inapropriados e com objetivos não proveitosos e adequados ao processo educativo na acepção dos (as) gestores (as).

Entende-se que não se pode dizer que os educandos devem parar de falar sua língua materna alegando que estão em uma escola brasileira, é preciso dialogar sobre essa questão. Na perspectiva da gestão democrática e educação intercultural é importante para manutenção de um espaço democrático que todos tenham seus direitos e espaços reservados, isto tem

relação com a qualidade do ensino conforme ressalta Paro (2007, p.1).

O conceito de qualidade do ensino e sua relação com a democracia, é percebido e cabe a todas as instâncias avaliar essa qualidade a partir da vivência democrática que há na escola. Que ainda apresentam generalizado descontentamento com o ensino oferecido pelas escolas públicas do ensino fundamental.

A falta de participação dos pais também é uma das questões colocada como um dos pontos fracos. Tal aspecto pode ter relação com a origem da maioria dos estudantes, que é de descendência paraguaia, certamente o pai e/ou a mãe é paraguaio, dessa forma justifica essa problemática. Outro elemento para problematização é a forma e o desejo de participação das famílias com diversidade cultural proveniente de outro país no dia a dia da escola de seus filhos, e se a elaboração do PPP e reuniões se a língua materna deles em alguns momentos é entendida como um problema a ser resolvido?

Diferentemente do descrito no PPP de 2009 o qual foi disponibilizado para elaboração desse Projeto de Intervenção foi possível perceber que no momento da estruturação e reestruturação daquele a comunidade escolar e a clientela a ser atendida não participam de forma efetiva e empenhada das reuniões para discussão de possíveis melhorias. Os motivos da não participação são desconhecidos (essa afirmação se constrói a partir do relato de funcionários e pais da escola). A coordenação afirma que as mesmas são realizadas apenas por professores, diretores e coordenadores para uma reestruturação democrática, o que demonstra que a outra parcela da comunidade escolar não foi ouvida: como técnico administrativo, zelador, o pessoal da merenda e da limpeza, bem como os pais, tem sua importância na colaboração, reduzida.

Diante das demandas dessa escola, o Projeto de Intervenção proposto visa a valorização cultural da diversidade linguística presente na fronteira, pautando na ideia de gestão escolar democrática para todos, como uma conquista da sociedade. Nesse sentido Azevedo (2002, p. 13) ressalta que:

Falar sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje necessariamente nos leva a fazer a sua ligação com as práticas de gestão que nela têm tido discurso. Isto porque dentre outros aspectos uma das efetivas conquistas que a forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e base da Educação (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional.

A proposta de valorização das diversidades linguísticas presentes nessa região de fronteira, Ponta Porã (Brasil) / Pedro Juan Cabalheiro

(Paraguai), se justifica a partir das características presentes na instituição ensino. As características foram observadas durante o período de observação realizado no período de 12h, momento em que houve observação e do trabalho realizado pelos (as) gestores (as), sem um contato muito amplo (questionamentos) a eles (as). Na sequência foi realizada a coparticipação no período de 20h, onde já ocorreu uma interação pois, para realização do estágio precisávamos do acesso ao Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, e também a realização de uma entrevista para coleta dos dados e definição das características daquele âmbito escolar.

Metodologia

A metodologia utilizada para a o desenvolvimento do estágio em gestão escolar e elaboração de uma proposta a partir do projeto de intervenção foi além dos momentos de observação, coparticipação e conversas informais. Foi realizada entrevista semiestruturada onde as questões elaboradas deixavam os (as) gestores (as) livres para se expressar além da questão feita para eles (as). Foi utilizado o gravador portátil para a gravação das falas e em seguida a transcrição fiel das falas, e análise dos dados coletados, com a referências escolhidas e enfim a elaboração do Projeto de Intervenção a partir dos dados coletados.

A escola em seu presente momento encontrava-se reestruturando o Projeto Político Pedagógico, dessa forma a partir da proposta de que a escola estude/pesquise/reflita/reelabore conceitos na questão da diversidade cultural fronteiriça, vendo-o como parte importante da realidade que deve estar presente no PPP. Foi proposto que toda a comunidade escolar se unisse nessa reflexão, a fim de trabalhar a questão do respeito, da igualdade de todos perante a lei, entre outros aspectos vigentes na constituição em relação à diversidade.

Em relação à escolha da metodologia e da implementação do plano de ação os (as) gestores (as) traz no seu parecer de que há concordância no que foi proposto. Ainda, lembrou que o PPP que está em vigência foi elaborado em 2009 e passados 7 anos acreditam que acatar a proposta de criar um tópico específico para tratar desse ponto, que não é apenas um ponto fraco, mas um ponto existente na fronteira seria o início da partida para abertura desses diálogos. A proposta metodológica para o acompanhamento da escola e saber se funciona ou não foi incluiu três momentos, descritos a seguir.

1º momento: mobilização e ação da escola incluindo análise realidade e discutindo os aspectos formativos no contexto da fronteira no PPP.

2º momento: a partir do PPP agregar essa questão baseando-se na LDB, na Constituição Federal ao currículo escolar, onde os planejamentos se adequariam a essa realidade com flexibilidade a partir de diálogos contínuos em relação ao respeito mútuo à todas as culturas dentro da sala de aula.

3º momento: elaborar um cronograma de avaliação diagnóstico para o início e para a final do tempo de estabelecimento do diálogo e valorização dos alunos paraguaios e das linguagens deles, mostrando total recepção deles e de suas famílias para pensar também essa forma de integração pacífica e respeitosa.

Resultados e Discussão

O projeto de intervenção proposto teve como título “Diversidade cultural/Linguagem: a fronteira, a escola e as fronteiras dentro da escola”. A avaliação que a vice-diretora fez em relação a sugestão do projeto de intervenção proposto foi de grande importância, no entanto, na sua fala, foi possível observar que ela não acredita no sucesso da proposta. Dessa forma hipotetizamos: “a descrença seria fruto da labuta árdua nos trinta e oito anos dentro da escola? É motivada pela descrença na mudança da educação de forma geral?”

Os autores trazidos para essa reflexão, a exemplos de paro e Azevedo (2002) paro (2007) foram ressaltados pela vice-diretora e entendidos como pertinentes. Ela lembra que também sendo uma pedagoga, utilizou-os para justificar projetos semelhantes realizados para as escolas de fronteira.

Em relação à escolha da metodologia e da implementação do plano de ação ela traz o parecer de que há concordância no que foi proposto. Ela lembrou que o PPP que está em vigência foi elaborado em 2009 e passados 7 anos ela acredita que acatar a proposta de criar um tópico específico para tratar desse ponto que não é apenas um ponto fraco, mas um ponto existente na fronteira seria o início da partida para abertura desses diálogos. E ressalta que a escola está de portas abertas para a implementação do projeto.

O Projeto de Intervenção tem como base na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei 9394/96. A proposta de um Projeto Político Pedagógico na escola é de suma importância. E conforme Azevedo (2002, p.15),

Falar sobre o Projeto Político Pedagógico da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje necessariamente nos leva a fazer a sua ligação com as práticas de gestão que nela têm tido discurso. Isto porque dentre outros aspectos uma das efetivas conquistas que a forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

na Lei de Diretrizes e base da Educação (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional.

Além disto, Paro (2007) traz outros apontamentos que ressaltam a importância do Projeto Político Pedagógico. Mesmo para que hajam metas a serem seguidas pela escola, com objetivos traçados para que se chegue a educação de qualidade, essa instituição não pode ter apenas um PPP que fica na gaveta, o que acontece na maioria das vezes. Voltando-se para a realidade encontrada nas instituições fronteiriças, a revisão bibliográfica traz um viés de respeito ao multiculturalismo bem como à linguagem.

Nessa perspectiva, não se pode dizer que os educandos devem parar de falar sua língua materna alegando que estão em uma escola brasileira. É preciso dialogar sobre essa questão, pois é muito importante para a democracia que todos tenham a garantia de seus direitos. Dessa forma, é possível considerar a inserção dos educandos “brasiguaios” em escolas brasileiras como elemento de inclusão. Além disso, tem o hibridismo cultural resultado da constituição de família entre homens brasileiros que se casam com mulheres paraguaias e vice-versa.

Dessa forma criam uma família que não é de toda brasileira e nem de toda paraguaia, é uma família brasiguiaia e as crianças são as chamadas brasiguaias. Nesse sentido é necessário esse respeito mútuo de ambas as partes tanto, o do professor com o aluno com do aluno para com o professor.

É possível observar que na conferência geral da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural realizado pelo Comitê Paulista para a década da Cultura e da Paz, a ênfase no respeito aos que vêm de outros países para residir em nossa cidade. Nessa perspectiva, esse respeito deve-se ter com os alunos do país vizinho/Paraguai que não vêm morar, apenas estudar aqui, um dos traços peculiares de uma fronteira seca. O que se configura como mais um motivo marcante para que a aceitação seja plena. No artigo 2 da diversidade cultural ao pluralismo cultural a UNESCO (2010) declara:

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública. (UNESCO.2010 p.1).

A forma como é colocada a questão cultural no PPP possibilita sugerir que não haverá diálogos e um possível consenso para esse “impasse” dentro dessa instituição. Colocada como um dos pontos fracos presentes na instituição escolar, não há previsões para a possível solução dessa problemática. A partir disso é possível apontar como urgente a problematização sobre a inclusão e o respeito a diferença mediante a educação intercultural que podem ser elementos presentes no Projeto Político Pedagógico e no chão da escola.

Conclusões

Embora a avaliadora representante da escola não acredite que a questão que está colocada como uma situação de conflito, seja real. Houve um questionamento/indagação sobre de que forma ficaria de fora desse conflito para resolvê-lo, pois, propor uma metodologia com a reunião e diálogo entre professores e alunos para tratar de um “conflito existente” exige experiência e maturidade tanto com os professores quanto com os educandos. Nesse momento a avaliadora ressaltou que ao propor esse projeto exibiu imaturidade na prática docente, tendo em vista sua experiência de 38 (trinta e oito) anos, onde nunca viu projetos como esse darem certo.

Os pontos expostos na página 6 do Projeto Político Pedagógico da Escola Polo Municipal localizada na região de fronteira seca, no Estado de Mato Grosso do Sul, possibilitaram pensar nos pontos fracos. Nesse sentido, após o diagnóstico, a observação durante o período de estágio obrigatório, as conversas e interação com a comunidade escolar se relacionaram com a diversidade cultural. Nos diálogos reafirmou-se que a cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO. 2010. p.1).

É possível observar que na conferência geral da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural realizado pelo Comitê Paulista Para a década da Cultura e da Paz fala essencialmente do respeito aos que vêm de outros países residir em nossa cidade. Muitas vezes os alunos do Paraguai, países vizinhos ao Brasil não vêm morar, apenas estudam aqui e deve ser respeitado enquanto pessoas, seres humanos e sujeitos de direitos, haja vista que legalmente tem nacionalidade brasileira.

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como

(83) 3322.3222

contato@joinbr.com.br

www.joinbr.com.br

sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública (UNESCO.2010 p.1).

A forma como foi colocada a questão cultural no PPP, possibilita sugerir que os diálogos em torno de melhores condições para o respeito a diversidade e diferença estão distantes. Colocada como um dos pontos fracos presentes na instituição escolar, não há previsões para a possível solução dessa problemática. A partir da fala do coordenador no momento da conversa de diagnóstico, quando questionado o porquê dessa questão cultural ser um ponto fraco e na resposta da ela colocou que “é um problema sem fim, porque os alunos paraguaios, faltam com educação para com os professores no momento que eles falam a língua de seu país dentro da sala de aula, muitas vezes fazendo piadas e ironizando a falas dos professores”.

A presente questão é colocada como um problema, dizem que isso é um impasse, no entanto a educação na perspectiva intercultural sinaliza possibilidades e metodologias que poderão contribuir para inclusão e respeito a diferença. Assim, a questão cultural existente pode ser o seu ponto forte, é uma realidade que precisa ser pensada. Em síntese, o PPP das instituições devem ser avaliados pela sua gestão e caso as propostas não estejam dando certo, tem autonomia para reestruturá-lo junto a toda a comunidade a ser atendida, portanto não é algo para ser elaborado e guardado na gaveta.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O Projeto Político Pedagógico no contexto, da Gestão Escolar**. Campinas: CEDES, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

UNESCO, um programa da. Declaração universal sobre a diversidade cultural. Comitê paulista para a década da cultura de paz. 2001 – 2010 Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/Dec_DiversiCul.htm